



Demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2015 e 2014

Gerência de Contabilidade

1 - Relatório da Administração	3
2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	6
3 - Demonstrações Contábeis.....	9
3.1 - Balanços patrimoniais.....	9
3.2 - Demonstrações de resultados.....	10
3.3 – Demonstrações do resultado abrangente.....	11
3.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
3.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
3.6 - Demonstrações do valor adicionado	14
4 - Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	15
4.1 - Contexto operacional.....	15
4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis.....	17
4.3 - Principais políticas contábeis	17
4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	23
4.5 - Caixa e equivalentes de caixa	25
4.6 - Contas a receber.....	25
4.7 - Partes relacionadas.....	26
4.8 - Estoques.....	29
4.9 - Tributos a recuperar	29
4.10 - Despesas pagas antecipadas	30
4.11 – Sinistros a recuperar e demais contas a receber	32
4.12 - Depósitos judiciais e provisão para contingências.....	32
4.13 – Imobilizado	35
4.14 – Intangível.....	37
4.15 – Leasing (arrendamento)	38
4.16 - Fornecedores.....	39
4.17 – Contas a pagar	39
4.18 - Obrigações fiscais	39
4.19 - Obrigações sociais e trabalhistas.....	39
4.20 - Arrendamentos e concessões a pagar	40
4.21 - Provisões Operacionais	41
4.22 - Demais Contas a pagar	41
4.23 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	41
4.24 - Receitas diferidas.....	42
4.25 - Patrimônio líquido	42
4.26 - Receita dos serviços prestados.....	43
4.27 - Custos dos serviços prestados.....	44
4.28 - Receitas (despesas) operacionais	44
4.29 - Resultado financeiro	45
4.30 - Imposto de renda e contribuição social	45
4.31 - Informação por segmento de negócios	47
4.32 – Benefícios a empregados	47
4.33 - Gestão de riscos financeiros.....	49
4.34 - Compromissos	52
4.35 – Eventos Subsequentes	53
5 - Administração - Conselheiros e Diretores	55

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

O ano de 2015 foi muito importante para a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), pois foi marcado por um bom desempenho econômico e operacional: recorde de 22.387 milhões de TKU, 7% acima de 2014; o EBITDA de R\$ 269 milhões foi o mais alto da história da empresa.

Com o objetivo de suportar o crescimento previsto em seu plano de negócios, a companhia investiu mais de R\$ 500 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança. Destaque para o início das operações do Terminal Integrador Guará (TI Guará(SP)), que tem o objetivo de aumentar a capacidade de carregamento e exportação de açúcar através do corredor Centro-Sudeste.

Em 2015, a empresa demonstrou novamente seu compromisso com sua trajetória de crescimento e melhoria operacional. Ainda temos um longo caminho pela frente e vamos trilhá-lo com toda a paixão que move nossa empresa.

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

1. Síntese do Resultado 2015

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
(em Milhões de R\$)	2013 ¹	2014	2015	Δ ²
Receita Bruta	1.482	1.745	1.919	10%
Receita Líquida	1.276	1.500	1.653	10%
EBITDA	-65	207	269	30%
Resultado Exercício	156	38	29	-23%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	18.380	20.879	22.387	7%
Volume Ferrovia (Mil de TU)	29.131	31.292	31.567	1%
Margem EBITDA	-5%	14%	16%	2,5 p.p
Margem Lucro	12%	3%	2%	-0,8 p.p

- A Receita Líquida da FCA fechou o ano de 2015 em R\$ 1.653 milhões, um aumento de 10% em relação ao ano anterior.
- Lucro Líquido de R\$ 29 milhões em 2015, 23% abaixo de 2014. Retirando o efeito do diferimento de impostos, o lucro líquido foi superior em 2015, resultado das melhorias operacionais da empresa.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 269 milhões, o mais alto da história e 30% acima do ano anterior.
- Recordes na FCA com o faturamento de 22.387 Milhões de TKU, 7% a mais que o ano anterior.
- Recordes nas mercadorias: Soja (6,4 Milhões de TU); Milho (3,9 Milhões de TU); Calcário (2,6 Milhões de TKU)

O resultado da FCA em 2015 foi alavancado pelo transporte de produtos agrícolas como soja, milho, açúcar e fertilizantes, recuperando e superando as perdas nos segmentos de Industrializados e Siderurgia e Construção.

2. Investimentos

Em 2015, a FCA investiu o valor total de R\$ 530,3 milhões, 86% maior do que em 2014 e 4% maior do que foi investido em 2013. Os recursos foram alocados principalmente na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança.

3. Gestão de Pessoas

A FCA tem realizado grandes investimentos no treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de

¹ Em 2013, o resultado foi impactado pela venda de créditos de imposto no total de R\$ 308 Milhões. Desconsiderando esse evento, o Resultado Líquido seria negativo em R\$ 152 Milhões.

² As variações informadas se referem aos anos de 2014 e 2015.

seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários. O desenvolvimento do empregado é algo muito valorizado internamente. Os principais programas para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada foram: Programa de Estágio (98 novas entradas em 2015); Programa de Trainee Ferroviário (17 novas entradas em 2015); Programa de Trainee Operacional (202 novas entradas em 2015); Jovens aprendizes (114 novas entradas em 2015); Inclusão de Pessoas Com Deficiência (122 pessoas em 2015). Por meio de Pesquisa de Engajamento, a FCA procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários desdobrando os resultados em planos de ação. Como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos a companhia utiliza dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

4. Responsabilidade Social

A FCA compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras a ferrovia. Sempre com foco em segurança, a FCA por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos. Iniciativas sociais do Grupo VLI também foram implementadas na área de influência da FCA: Estação do Esporte; Trilhos Culturais; Concurso de Redação; Parceiro Caminhoneiro.

5. Meio Ambiente

No ano de 2015, foi implantado o modelo de gestão +VLI que estabelece um conjunto de práticas que suportam o negócio, os requisitos legais e técnicos na busca de excelência que capacitam a empresa para o alcance de seus resultados. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é parte integrante do +VLI e possui características aliadas a cada processo da cadeia de valor da VLI. Projetos estratégicos foram desenvolvidos ao longo do ano com destaque para o plano diretor que estabelece um planejamento plurianual para cada tema da área de meio ambiente, fornecendo diretrizes claras para se atingir a excelência operacional em 5 anos a partir de 2016 para toda a VLI. Em algumas áreas operacionais foi implantado o Selo Verde, programa que propõe adequar as edificações da VLI ao conceito de Edificações Eficientes ao utilizar soluções que economizam recursos naturais e reduzem a poluição nas edificações da VLI.

6. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 22 de Março de 2016.

A Administração

2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovias Centro Atlântica S.A.
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovias Centro Atlântica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro Atlântica S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1 e 4.35, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pela resolução 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, define as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de aproximadamente 3.800 (três mil e oitocentos) quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atual, dos quais 07 (sete) trechos são considerados “antieconômicos” e 06 (seis) trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais quanto à transferência de propriedade do bem dado em pagamento, decorrentes deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos. Estas medidas não aconteceram até o término dos nossos trabalhos. Nenhum ajuste foi incluído nas demonstrações financeiras em função deste assunto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4.7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 22 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 - Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	40.203	36.103
Contas a receber	4.6	269.369	146.204
Estoques	4.8	55.481	56.929
Tributos a recuperar	4.9	105.720	48.691
Despesas pagas antecipadamente	4.10	29.941	27.483
Sinistro a recuperar	4.11	42.056	30.647
Demais contas a receber	4.11	48.989	42.903
		<u>591.759</u>	<u>388.960</u>
Não circulante			
Contas a receber	4.6	291.880	261.589
Despesas pagas antecipadamente	4.10	17.640	19.465
Depósitos judiciais	4.12	213.023	170.402
Tributos a recuperar	4.9	17.644	14.745
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	4.30	192.194	187.491
Contas a receber da RFFSA (União)	4.12(a)	81.830	67.515
Imobilizado	4.13	875.587	763.415
Intangível	4.14	2.605.452	2.509.850
		<u>4.295.251</u>	<u>3.994.472</u>
Total do ativo		<u>4.887.010</u>	<u>4.383.432</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	4.16	121.569	130.650
Contas a pagar	4.17	5.495	-
Leasing	4.15	41.246	-
Obrigações fiscais	4.18	20.721	15.641
Obrigações sociais e trabalhistas	4.19	92.883	79.271
Arrendamento, concessões a pagar	4.20	45.125	41.932
Provisões operacionais	4.21	39.598	39.264
Receitas diferidas	4.24	1.567	317
Demais contas a pagar	4.22	4.452	4.873
		<u>372.656</u>	<u>311.948</u>
Não circulante			
Leasing	4.15	31.671	-
Provisão para contingências	4.12	62.301	63.785
Benefícios a empregados	4.32	1.262	2.138
Receitas diferidas	4.24	26.762	3.329
Demais contas a pagar	4.22	164	1.192
Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	4.23	2.795.893	2.433.893
		<u>2.918.053</u>	<u>2.504.337</u>
Patrimônio líquido	4.25		
Capital social		1.722.966	1.722.966
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	(231)
Prejuízos acumulados		(126.665)	(155.588)
		<u>1.596.301</u>	<u>1.567.147</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.887.010</u>	<u>4.383.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 - Demonstrações de resultados

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto
quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida de serviços prestados	4.26	1.653.189	1.500.424
Custo dos serviços prestados	4.27	<u>(1.682.461)</u>	<u>(1.523.687)</u>
Prejuízo bruto		<u>(29.272)</u>	<u>(23.263)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	4.28 (a)	(159)	(120)
Gerais e administrativas	4.28 (b)	(16.359)	(5.247)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.28 (c)	<u>50.689</u>	<u>(20.845)</u>
		<u>34.171</u>	<u>(26.212)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>4.899</u>	<u>(49.475)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		<u>395</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro	4.29	<u>25.789</u>	<u>18.088</u>
Despesas financeiras		(12.052)	(8.042)
Receitas financeiras		8.263	15.984
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		<u>29.578</u>	<u>10.146</u>
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>31.083</u>	<u>(31.387)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.30	<u>(1.929)</u>	<u>69.361</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(6.632)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		4.703	69.361
Lucro líquido do exercício		<u>29.154</u>	<u>37.974</u>
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de Ações)	4.25 (d)	<u>0,14</u>	<u>0,18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 – Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	<u>29.154</u>	<u>37.974</u>
Previdência privada	<u>(231)</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>28.923</u>	<u>37.974</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2014	<u>1.722.966</u>	<u>(231)</u>	<u>(193.562)</u>	<u>1.529.173</u>
Resultado abrangente do exercício				
Lucro líquido do exercício	-	-	37.974	37.974
Total do resultado abrangente	-	-	37.974	37.974
Em 31 de dezembro 2014	<u>1.722.966</u>	<u>(231)</u>	<u>(155.588)</u>	<u>1.567.147</u>
Em 01 de janeiro de 2015	<u>1.722.966</u>	<u>(231)</u>	<u>(155.588)</u>	<u>1.567.147</u>
Resultado abrangente do exercício				
Lucro líquido do exercício			29.154	29.154
Reversão de previdência privada	-	231	(231)	-
Total do resultado abrangente	-	231	28.923	29.154
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.722.966</u>	<u>-</u>	<u>(126.665)</u>	<u>1.596.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	29.154	37.974
Ajustes		
Resultado de equivalência patrimonial	(395)	-
Depreciação e amortização	264.375	256.406
Provisão para perdas e contingências	(6.735)	(14.700)
Despesas com variação monetária/cambial	(29.578)	(10.146)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(31.619)	2.518
Receitas diferidas	(317)	(317)
Despesa da obrigação de benefício	(2.138)	1.243
Resultado financeiro não realizado	(4.291)	(13.567)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(4.703)	(69.361)
Encargos Financeiros - Leasing	694	-
	216.272	191.875
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(144.493)	54.707
Estoques	2.029	6.600
Tributos a recuperar	(59.619)	(26.342)
Despesas antecipadas	(2.457)	(19.946)
Depósitos judiciais e garantias	(22.131)	(27.296)
Sinistros a recuperar	(11.409)	-
Demais contas a receber	(11.304)	(52.258)
Fornecedores	(6.871)	689
Contas a pagar	5.495	-
Obrigações fiscais	5.063	(3.986)
Obrigações sociais e trabalhistas	14.875	(10.182)
Arrendamento e concessões a pagar	3.193	2.016
Receitas diferidas	25.000	-
Demais contas a pagar	(719)	6.443
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.924	122.320
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	44.167	1.448
Compra de ativo imobilizado e intangível	(414.991)	(396.844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(370.824)	(395.396)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	362.000	293.560
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	362.000	293.560
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.100	20.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.103	15.619
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.203	36.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.6 - Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	1.916.318	1.744.916
Outras receitas (despesas)	169.352	59.251
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	4.671	2.283
	<u>2.090.341</u>	<u>1.806.450</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(743.762)	(628.752)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(671.029)	(608.590)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	1.484	12.372
Outros	(20.986)	(20.024)
	<u>(1.434.293)</u>	<u>(1.244.994)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>656.048</u>	<u>561.456</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(264.375)	(256.407)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>391.673</u>	<u>305.049</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	395	-
Receitas financeiras e Variações Cambiais	37.859	32.308
	<u>38.254</u>	<u>32.308</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>429.927</u>	<u>337.357</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	234.340	212.174
Benefícios	84.376	82.530
F.G.T.S.	13.818	14.074
Outros gastos com pessoal	2.100	3.821
	<u>334.634</u>	<u>312.599</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	39.543	(43.136)
Estaduais	15.026	15.620
Municipais	228	81
	<u>54.797</u>	<u>(27.435)</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	11.342	14.219
	<u>11.342</u>	<u>14.219</u>
Remuneração de Capital próprio		
Lucro líquido do período	29.154	37.974
	<u>29.154</u>	<u>37.974</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>429.927</u>	<u>337.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.14. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário.

Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a conclusão de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

Mudança de Controle Acionário

Em abril de 2014, a Vale S.A. efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200, representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. (“Mitsui”). Nesta operação R\$ 709.200 foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000 aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000, representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S.A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000, representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A.

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

4.2.1 Aprovação das informações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2016.

4.2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados e mensurados pelo valor justo.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

Extinção da Controlada S.L. Serviços Logísticos Ltda

Em 24 de novembro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, pelo conselho de administração VLI S.A., a extinção da S.L. Serviços Logísticos Ltda, objetivando a simplificação da estrutura societária da Companhia. Os membros do conselho de administração aprovaram, também, a realização de todos atos necessários, conexos e complementares à execução dos procedimentos societários.

Em 29 de dezembro de 2015, o pedido de baixa definitiva do registro de empresas (NIRE) junto aos órgãos públicos federais e estaduais foi concluído. Em função da extinção, as demonstrações contábeis consolidadas da Ferrovia Centro-Atlântica deixaram de ser elaboradas e divulgadas considerando todos os atos e fatos societários abordados.

b) Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa (nota 3.5). O Contrato de Leasing (Locomotivas) totalizou R\$ 72.917.

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme neste período apresentado, exceto quando indicado de outra forma.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, AFAC, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

c) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

e) Tributo sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a

regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.

g) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

A vida útil dos intangíveis está apresentada na Nota 4.14.

h) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Leasing

Os contratos de Leasing (arrendamento financeiro) são reconhecidos no ativo imobilizado e a dívida no passivo circulante ou não circulante, em função dos seus vencimentos. Os juros serão apropriados para a conta de despesas financeiras com base no período de competência.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga,

descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de Contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.12), sendo a Companhia um agente no litígio.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (“*constructive obligation*”).

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

As receitas de juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Receitas diferidas

As receitas diferidas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência ; ou
- da prestação de serviços futuros;

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.31, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, mas não espera efeitos materiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), consolidadas e da controladora, de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do valor adicionado, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para

imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- IV. Provisão para contingências - A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia reavalia as suas estimativas.

4.4.2 - Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia - Concessão

Conforme descrito na Nota 4.3(s) a Companhia segue as orientações da ITG 01 - Contratos de Concessão e do CTG 05 - Contratos de Concessão para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e comunicados técnicos requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser

cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse “*price-cap*” é raramente atingido.

- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas, e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e Bancos	3.792	9.772
Aplicações Financeiras	36.411	26.331
	<u>40.203</u>	<u>36.103</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,73% em 31 de dezembro de 2015 e 101,1% em 31 de dezembro de 2014, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	73.269	103.175
Contas a receber partes relacionadas	218.379	69.979
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(22.279)	(26.950)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>269.369</u>	<u>146.204</u>
Não circulante		
Contas a receber	26.000	-
Contas a receber partes relacionadas	265.880	261.589
	<u>291.880</u>	<u>261.589</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	444.348	394.368
Vencidos até 3 meses	85.838	8.906
Vencidos de 3 a 6 meses	6.735	1.619
Vencidos acima 6 meses	46.607	29.850
Contas a receber	<u>583.528</u>	<u>434.743</u>

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Contas a receber		
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - KBRASCO	-	4
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	164	165
Log-in Logística Intermodal S/A	20	20
Mineração Andirá Ltda	3	-
MRS Logística S/A	536	397
Vale Manganês S.A.	4	4
Ultrafétil S.A.	79	40
Vale S/A	30.751	13.436
Vale Fertilizantes S.A.	18.033	15.381
Vale Moçambique S.A.	475	475
Mineração Urucum S.A.	3	3
Salobo Metais S.A.	5	5
Ferrovia Norte Sul S.A.	118	67
VLI Operações Portuárias S.A.	24	11
VLI S.A.	482	400
Samarco Mineração S/A.	-	19
VLI Multimodal S.A.	167.668	39.538
	<u>218.379</u>	<u>69.979</u>
Ativo não circulante		
Contas a Receber		
Vale S/A	265.880	261.195
SL Serviços Logísticos S/A	-	394
	<u>265.880</u>	<u>261.589</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
MRS Logística S/A	642	333
Pasa- Plano de Assistência á Saúde do Aposentado da Vale	212	190
Ferrovia Norte Sul S.A	33	33
VLI Multimodal S.A.	9.893	-
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.403	-
Vale S/A	4.637	1.683
	<u>16.820</u>	<u>2.239</u>
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
VLI Multimodal S.A.	2.795.893	2.433.893
	<u>2.795.893</u>	<u>2.433.893</u>
Benefícios a empregados pós-aposentadoria		
Valia	-	2.138
	<u>-</u>	<u>2.138</u>

Demonstrações do Resultado

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
MRS Logística S/A	7.344	-
Vale Fertilizantes S.A	48.688	37.634
Vale S/A	135.396	160.120
VLI Multimodal S.A	781.763	600.550
	<u>973.191</u>	<u>798.304</u>
Receita de aluguel de locomotiva		
VLI Multimodal S.A	74.823	78.720
	<u>74.823</u>	<u>78.720</u>
Receitas financeiras		
Vale Fertilizantes S/A	93	-
VLI Multimodal S/A	119	-
Vale S/A	4.686	-
	<u>4.898</u>	<u>-</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S/A	18.560	355
Samarco Mineração S/A	69	6
Vale Fertilizantes S.A	13.332	-
VLI S/A	85	114
VLI Multimodal S.A.	9.398	533
	<u>41.444</u>	<u>1.008</u>
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)		
Vale S/A	(135.139)	(126.880)
MRS Logística S/A	(1.276)	(2.392)
	<u>(136.415)</u>	<u>(129.272)</u>
Custo com direito de passagem		
Vale S/A	(2.899)	-
MRS Logística S/A	(26.888)	(19.734)
	<u>(29.787)</u>	<u>(19.734)</u>
Custo dos serviços		
PASA	(1.875)	(1.879)
	<u>(1.875)</u>	<u>(1.879)</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(4.272)	(4.179)
	<u>(4.272)</u>	<u>(4.179)</u>
Despesas Financeiras		
Outros – SL Serviços Logísticos Ltda	(395)	-
	<u>(395)</u>	<u>-</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	367.571	307.780
Vencidos até 3 meses	83.222	8.866
Vencidos de 3 a 6 meses	5.944	9.554
Vencidos acima 6 meses	27.522	5.368
	<u>484.259</u>	<u>331.568</u>

Os contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária. As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 4.23).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões,

deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

A realização da parcela do ajuste a valor presente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 4.686, (em 2014 R\$ 13.568).

4.8 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

Circulante	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Peças e componentes de equipamentos / instalações	43.605	45.306
Combustíveis, lubrificantes e gases	2.450	2.951
Materiais de expediente e outros	5.755	5.135
Materiais elétricos / eletrônicos	6.835	7.841
Outros materiais	2.160	1.600
Provisão para perdas em itens de estoque	(5.324)	(5.904)
	<u>55.481</u>	<u>56.929</u>

A provisão de perda dos estoques é constituída através de uma estimativa dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação.

4.9 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
ICMS a recuperar (a)	33.915	16.765
Imposto de renda retido na fonte	591	500
PIS e COFINS a compensar (a)	65.396	26.035
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.629	5.362
IOF a recuperar	127	-
ISS	24	-
INSS	38	29
	<u>105.720</u>	<u>48.691</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	17.644	14.745
	<u>17.644</u>	<u>14.745</u>
Tributos a recuperar - total	<u>123.364</u>	<u>63.436</u>

(a) Créditos fiscais extemporâneos registrados durante o exercício de 2015, tendo como principal a movimentação dos créditos fiscais de ICMS, PIS e Cofins.

4.10 - Despesas pagas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (c)	12.760	12.020
Alugueis dos Terminais Integrados pagos antecipadamente (a)	14.875	13.638
Despesas c/ licença de uso de softwares	481	-
	<u>29.941</u>	<u>27.483</u>
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	17.640	19.465
	<u>17.640</u>	<u>19.465</u>
	<u>47.581</u>	<u>46.948</u>

As despesas pagas antecipadamente em 31 de dezembro de 2015 têm sua composição a seguir:

	<u>Valor</u>	<u>Parcelas a Apropriar</u>	<u>Vigência</u>
Circulante			
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	12 parc.R\$ 152,08	1.825 dez/15 a nov/16
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (c)			
Responsabilidade Civil Geral	1.769	11 parc.R\$ 147,4	1.621 nov/15 a nov/16
Riscos Operacionais	11.942	11 parc.R\$ 995,2	10.947 nov/15 a nov/16
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	2.701	1 parc.R\$ 191,5	192 nov/14 a jan/16
Aluguel de Terminais Pagos Antecipadamente:			
Araguari (a)	20.613	2 parc.R\$ 1.678,95 e 1 parc.R\$ 839,5	4.198 mar/15 a mar/16
Santa Luzia (a)	7.310	2 parc.R\$ 609,16 e 1 parc.R\$ 304,6	1.523 mar/15 a mar/16
Guará (a)	11.528	10 parc.R\$ 871,8 e 1 parc. R\$ 435,9	9.154 nov/15 a nov/16
Despesas c/ licença de uso de softwares	824	7 parc.R\$ 68,7	481 ago/15 a jul/16
			<u>29.941</u>
Não circulante			
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	54.746	116 parc.R\$ 152,08	17.640 set/96 a ago/26
			<u>47.581</u>

a) Despesas de aluguel dos terminais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari	4.198	3.897
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia	1.523	1.414
Aluguel do Terminal Integrado de Guará	9.154	8.327
	<u>14.875</u>	<u>13.638</u>

Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit".

Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e Santa Luzia e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

b) Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Concessão (i)	106	106
Arrendamento (ii)	1.719	1.719
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (i)	1.021	1.127
Arrendamento (ii)	16.619	18.338
	17.640	19.465

(i) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(ii) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante e não circulante.

Conforme divulgado na nota 4.4.2 (IV) os contratos de arrendamento e concessão são contratos de execução; desta forma os saldos estão sendo amortizados considerando o prazo dos contratos.

c) Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

	31/12/2015	31/12/2014
Responsabilidade civil geral	1.621	1.892
All Risks	10.947	8.995
Seguro de transporte	192	1.133
	12.760	12.020

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$ 200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 13
Acidentes pessoais	Trens turísticos	R\$ 10

4.11 – Sinistros a recuperar e demais contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Adiantamento a empregados	34.995	26.570
Sinistros a recuperar (a)	42.056	30.647
Adiantamento a fornecedores	12.299	12.051
Outras contas	1.695	4.282
	91.045	73.550

(a) Referem-se aos gastos da Companhia com acidentes ocorridos na sua malha ferroviária, para os quais há provisão da franquia, conforme Nota 4.21 (b).

4.12 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

	31/12/2015		31/12/2014	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	175.612	46.921	136.366	48.574
Cíveis (b)	20.434	12.776	17.750	12.255
Tributárias (c)	6.507	643	5.889	676
Ambientais (d)	313	1.710	224	2.038
Previdenciários (e)	10.157	251	10.173	242
	213.023	62.301	170.402	63.785

Depósitos judiciais (movimentação)

				Juros e atualização monetária	31/12/2015
	31/12/2014	Adição	Baixa	31/12/2014	
Trabalhistas (a)	136.366	35.839	(14.446)	17.853	175.612
Cíveis (b)	17.750	859	(142)	1.967	20.434
Tributárias (c)	5.889	79	(59)	598	6.507
Ambientais (d)	224	-	-	89	313
Previdenciários (e)	10.173	-	(16)	-	10.157
	170.402	36.777	(14.663)	20.507	213.023

Provisões para contingências (movimentação)

				Juros e atualização monetária	31/12/2015
	31/12/2014	Adição	Baixa	31/12/2014	
Trabalhistas (a)	48.574	27.817	(34.455)	4.985	46.921
Cíveis (b)	12.255	2.144	(2.947)	1.324	12.776
Tributárias (c)	676	17	(102)	52	643
Ambientais (d)	2.038	-	(628)	300	1.710
Previdenciários (e)	242	-	-	9	251
	63.785	29.978	(38.132)	6.670	62.301

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos

valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas na letra (f) Contingências possíveis não provisionadas.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 46.921 (31 de dezembro de 2014 R\$ 48.574). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz: "As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA." Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 81.830 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 67.515) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 12.776 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 12.255).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Tributárias

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos tributários que correm no âmbito administrativo e judicial, nos quais a FCA litiga contra a fazenda pública estadual e municipal, no valor total de R\$ 643 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 676).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

d) Ambientais

A Companhia provisionou R\$ 1.710 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.038) referentes a processos com expectativa de perda provável de autuações dos órgãos competentes.

e) Previdenciários

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos previdenciários que correm no âmbito administrativo e judicial, no valor total de R\$ 251 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 242).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

f) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.912.000 (31 de dezembro de 2014 - aproximadamente R\$ 1.702.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

As composições das contingências por natureza podem ser assim apresentadas:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas (i)	934.000	850.000
Cíveis (ii)	299.000	292.000
Tributárias (iv)	589.000	467.000
Ambientais (v)	42.000	38.000
Previdenciário (iii)	48.000	55.000
	1.912.000	1.702.000

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.13 – Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	2015		2014
				Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	25 a 40 anos	2,89%	26.901	(5.311)	21.590	21.584
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	5,00%	2.536	(1.441)	1.095	1.169
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	8,51%	220.832	(83.059)	137.773	111.612
Veículos	3 a 5 anos	20,29%	11.920	(6.777)	5.143	7.160
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	18.412	(6.842)	11.570	11.751
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	19,96%	13.453	(10.555)	2.898	9.830
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,28%	480.902	(145.247)	335.655	328.150
Vagões	33,3 anos	3,00%	317.515	(80.929)	236.586	254.763
Outros ativos	10 anos	10,00%	53.246	(10.447)	42.799	12.488
			1.145.717	(350.608)	795.109	758.507
Terrenos			1.142		1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			4.127		4.127	4.942
Provisão para baixa de ativo			(318)		(318)	(1.176)
Benfeitorias em curso			75.527		75.527	
			80.478		80.478	4.908
			1.226.195	(350.608)	875.587	763.415

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 75.811 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 78.973).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2015 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/2015
Imóveis	25.283	-	-	1.618	26.901
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	2.517	-	(2)	21	2.536
Equipamentos autônomos	174.950	-	(5.364)	51.246	220.832
Veículos	12.075	-	(323)	168	11.920
Bens administrativos/auxiliares	18.057	-	(1.274)	1.629	18.412
Equipamentos e aplicativos de informática	34.452	-	(9.261)	(11.738)	13.453
Locomotivas	477.845	-	(36.838)	39.895	480.902
Vagões	324.439	-	(7.173)	249	317.515
Outros ativos	15.675	-	-	37.571	53.246
	1.085.293	-	(60.235)	120.659	1.145.717
Terrenos	1.142	-	-	-	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.942	-	(815)	-	4.127
Provisão para baixa de ativo	(1.176)	858	-	-	(318)
Benfeitorias em curso	-	75.527	-	-	75.527
	4.908	76.385	(815)	-	80.478
	1.090.201	76.385	(61.050)	120.659	1.226.195

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

Imobilizado - Depreciação	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/2015
Imóveis	(3.699)	(1.612)	-	-	(5.311)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.348)	(95)	2	-	(1.441)
Equipamentos autônomos	(63.338)	(24.970)	5.232	17	(83.059)
Veículos	(4.915)	(2.185)	323	-	(6.777)
Bens administrativos/auxiliares	(6.306)	(1.683)	1.147	-	(6.842)
Equipamentos e aplicativos de informática	(24.622)	4.817	9.254	(4)	(10.555)
Locomotivas	(149.695)	(24.746)	29.238	(44)	(145.247)
Vagões	(69.676)	(13.919)	2.802	(136)	(80.929)
Outros Ativos	(3.187)	(4.065)	-	(3.195)	(10.447)
	(326.786)	(68.458)	47.998	(3.362)	(350.608)

As adições no imobilizado em curso referem-se, substancialmente, as modernizações e aquisições de locomotivas e equipamentos de grande porte.

	31/12/15	31/12/14
Modernização e aquisição de Locomotivas	66.575	-
Equipamento de Grande Porte	8.952	-
	75.527	-

Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2026;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da Companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.14 – Intangível

				31/12/15	31/12/14	
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo Histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	12,4 anos	4,70%	43.169	(21.170)	21.999	24.047
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	13.323	(9.224)	4.099	2.332
			56.492	(30.394)	26.098	26.379
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			15		15	15
Imóveis	11,2 anos	2,55%	272.272	(35.469)	236.803	154.327
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	11,2 anos	5,00%	19.864	(4.566)	15.298	30.413
Equipamentos autônomos	5 a 11,5 anos	9,36%	14.481	(6.749)	7.732	(6.788)
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)	-	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	3.426	(1.032)	2.394	3.574
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	6.527	(5.860)	667	2.140
Locomotivas	11,2 anos	7,56%	194.024	(119.952)	74.072	128.562
Vagões	11,2 anos	3,00%	142.666	(74.715)	67.951	66.534
Via permanente	10 a 11,2 anos	5,93%	3.000.720	(968.123)	2.032.597	1.767.621
Outros ativos	10 anos	10,00%	1.510	(68)	1.422	28.809
			3.655.524	(1.216.573)	2.438.951	2.175.207
Benfeitorias em curso			140.403	-	140.403	308.264
			3.852.419	(1.246.967)	2.605.452	2.509.850

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	31/12/15	31/12/14
Construção e ampliação de pátios e terminais	33.798	11.932
Aquisição e modernização de material rodante	20.060	45.200
Instalações administrativas e de apoio	4.613	8.451
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	2.459	4.048
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	26.461	26.374
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	5.795	6.671
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	10.118	10.233
Trens turísticos - melhorias	1.888	2.180
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	31.177	187.055
Melhoria operação ferroviária	4.034	6.120
	140.403	308.264

O intangível no período findo em 31 de dezembro de 2015 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível Custo	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/15
Direitos de concessão	43.169	-	-	-	-	43.169
Softwares adquiridos	10.545	-	-	2.778	-	13.323
	53.714	-	-	2.778		56.492
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos	15	-	-	-	-	15
Imóveis	183.476	-	-	90.557	(1.761)	272.272
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	34.068	-	-	(14.183)	(21)	19.864
Equipamentos autônomos	315	-	(1.447)	48.056	(32.443)	14.481
Veículos	19	-	-	297	(297)	19
Bens administrativos/auxiliares	4.290	-	(23)	1.779	(2.620)	3.426
Equipamentos e aplicativos de informática	6.730	-	(51)	757	(909)	6.527
Locomotivas	246.861	-	(4.453)	(5.453)	(42.931)	194.024
Vagões	141.841	-	(6.885)	9.416	(1.706)	142.666
Via permanente	2.563.698	-	(1.850)	436.301	2.571	3.000.720
Outros Ativos	31.979	-	-	10.073	(40.542)	1.510
	3.213.292	-	(14.709)	577.600	(120.659)	3.655.524
Benfeitorias em curso						
	308.264	412.517	-	(580.378)	-	140.403
	3.575.270	412.517	(14.709)	-	(120.659)	3.852.419

Intangível - amortização	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/15
Direitos de concessão	(19.122)	(2.048)	-	-	(21.170)
Softwares adquiridos	(8.213)	(1.011)	-	-	(9.224)
Imóveis	(29.149)	(6.320)	-	-	(35.469)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(3.655)	(911)	-	-	(4.566)
Equipamentos autônomos	(7.103)	(994)	1.348	-	(6.749)
Veículos	(19)	-	-	-	(19)
Bens administrativos/auxiliares	(716)	(339)	23	-	(1.032)
Equipamentos e aplicativos de informática	(4.590)	(1.310)	36	4	(5.860)
Locomotivas	(118.299)	(6.117)	4.419	45	(119.952)
Vagões	(75.307)	(4.589)	5.045	136	(74.715)
Via permanente	(796.077)	(172.179)	150	(17)	(968.123)
Outros Ativos	(3.170)	(113)	-	3.195	(88)
	(1.065.420)	(195.931)	11.021	3.363	(1.246.967)

4.15 – Leasing (arrendamento)

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Objeto:	fornecimento de 40 (quarenta) locomotivas tipo SD40
Prazo vigência:	novembro/2015 a outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do Ajuste a Valor Presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Foram pagas 2 (duas) parcelas e saldo em 2015 é R\$ 72.917, sendo R\$ 41.246 registrados no passivo circulante e R\$ 31.671 no não circulante.

4.16 - Fornecedores

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores terceiros (a)	104.749	128.411
Fornecedores partes relacionadas	<u>16.820</u>	<u>2.239</u>
	<u>121.569</u>	<u>130.650</u>
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	104.749	126.556
Mercado externo	-	1.855
	<u>104.749</u>	<u>128.411</u>

4.17 – Contas a pagar

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas. Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Companhia.

Em dezembro de 2015 estas operações apresentavam saldo de R\$ 5.495. (Em 2014 o saldo era R\$ 0)

4.18 - Obrigações fiscais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	2.680	-
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	5.314	4.360
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	3.016	4.584
PIS, COFINS	7.921	5.177
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	207	80
ISS (Imposto s/ Serviços)	<u>1.583</u>	<u>1.440</u>
	<u>20.721</u>	<u>15.641</u>

4.19 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários e encargos	17.913	14.440
Provisão para férias e 13º Salário	18.089	17.775
Benefícios trabalhistas	4.427	7.444
Participação nos resultados	52.454	39.554
Outros	-	58
	<u>92.883</u>	<u>79.271</u>

4.20 - Arrendamentos e concessões a pagar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.084	1.942
Arrendamento (b)	<u>39.592</u>	<u>36.892</u>
	41.676	38.834
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	172	155
Arrendamento (d)	<u>3.277</u>	<u>2.943</u>
	3.449	3.098
	<u>45.125</u>	<u>41.932</u>

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 70 (setenta) parcelas, sendo a 70ª parcela paga no valor de R\$ 2.084.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 70 (setenta) parcelas, sendo a 70ª parcela paga no valor de R\$ 39.592.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 61 (sessente e uma) parcelas, sendo a 61ª parcela paga no valor de R\$ 517.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 61 (sessente e uma) parcelas, sendo a 61ª parcela paga no valor de R\$ 9.830.

4.21 - Provisões Operacionais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Seguro Responsabilidade Civil (a)	517	2.064
Seguro Risco Operacional (a)	12.947	10.941
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	1.769	1.500
Provisão para franquia de seguro (b)	24.000	24.000
Provisão para perda de investimentos (c)	-	394
Outros operacionais	365	365
	<u>39.598</u>	<u>39.264</u>

a) Prêmio de seguros

Prêmios de seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional e de transportes de carga ferroviária.

b) Franquia de seguro operacional

São franquias de seguros com os acidentes operacionais ocorridos em sua malha ferroviária.

c) Provisão para perda de investimentos

No ano de 2014 o conselho de administração aprovou a extinção da S.L. Serviços Logísticos Ltda e a realização de todos atos necessários, conexos e complementares à execução dos procedimentos societários, simplificando a estrutura societária da Companhia, foram concluídos em dezembro de 2015.

4.22 - Demais Contas a pagar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros passivos circulantes	2.655	3.076
	<u>4.452</u>	<u>4.873</u>
Não circulante		
Outros	164	1.192
	<u>164</u>	<u>1.192</u>
	<u>4.616</u>	<u>6.065</u>

4.23 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 2.795.893 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.433.893).

4.24 - Receitas diferidas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Passagem de fibra ótica (a)	317	317
Transbordo rodoferroviário (b)	1.250	-
	<u>1.567</u>	<u>317</u>
Não circulante		
Passagem de fibra ótica (a)	3.012	3.329
Transbordo rodoferroviário (b)	23.750	-
	<u>26.762</u>	<u>3.329</u>
	<u>28.329</u>	<u>3.646</u>

(a) Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

(b) Refere-se à receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordo rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.

4.25 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais</u>	<u>Total de Ações</u>	<u>% Participação</u>
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851	99,99998%
Outros - não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409	0,00002%
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260	100%

b) Reserva de lucros

Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme estatuto social e definições contidas no artigo 202 da Lei 6.404/76.

d) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período.

Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cálculo da média ponderada		
(210.197.643.696.260 x 12/12)	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Lucro líquido do período	29.154	37.974
Ações em 31 de dezembro	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	0,14	0,18

4.26 - Receita dos serviços prestados

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.529.984	1.370.089
Receita de utilização de pátios	4.250	2.902
Receita de estadia de vagões	3.663	8.063
Receita de aluguel de locomotivas	82.529	79.699
Receita de partilha de frete	110.724	117.581
Receita de serviços acessórios	187.903	166.582
	<u>1.919.053</u>	<u>1.744.916</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(80.385)	(74.659)
PIS	(29.181)	(27.093)
COFINS	(134.409)	(125.291)
INSS Desoneração	(19.154)	(17.449)
	<u>(263.129)</u>	<u>(244.492)</u>
	<u>1.655.924</u>	<u>1.500.424</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(2.735)	-
	<u>1.653.189</u>	<u>1.500.424</u>

4.27 - Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

Custo dos serviços vendidos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(321.914)	(290.256)
Encargos sociais	(26.068)	(23.073)
Material	(85.508)	(82.999)
Combustíveis	(354.241)	(306.632)
Serviços contratados	(243.289)	(223.902)
Partilha de frete	(194.822)	(171.971)
Tributos	(4.087)	2.580
Outros	(6.390)	(547)
Depreciação e amortização	(258.723)	(251.101)
Despesas de arrendamento e concessão	(187.419)	(175.786)
	<u>(1.682.461)</u>	<u>(1.523.687)</u>

4.28 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(132)	(104)
Encargos sociais	(13)	(9)
Material	-	(2)
Serviços contratados	(14)	(3)
Outras	-	(2)
	<u>(159)</u>	<u>(120)</u>

b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(2.101)	(1.317)
Encargos sociais	(152)	(101)
Combustíveis	(11)	28
Material	(17)	(15)
Serviços contratados	(3.006)	(1.054)
Tributos	(111)	(180)
Outras	(8.373)	(127)
Depreciação	(2.588)	(2.481)
	<u>(16.359)</u>	<u>(5.247)</u>

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	12.339	16.979
Venda de ativos – Locomotivas e Vagões	44.167	736
Recuperação de despesas	19.561	1.225
Recuperação de créditos fiscais (a)	42.522	-
Trem Turístico	4.288	5.166
Travessias	3.438	3.185
Multas contratuais	27.036	19.935
Aluqueis	1.356	2.042
Recuperação de despesas - RFFSA	7.739	9.982
Reversão benefícios a empregados	2.138	-
Outros	4.769	-
	<u>169.353</u>	<u>59.250</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(20.362)	(5.085)
Baixa de Ativos	(15.412)	(4.155)
Provisão para desvalorização de Estoques	580	(124)
Ajuste de estoque	-	(69)
Participação no resultado	-	(6.415)
Baixa de recebíveis	(3.841)	(87)
Outros gastos c/pessoal	(10.092)	(1.799)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.319)	(1.477)
Multas contratuais	(624)	(6.234)
Trem Turístico	(2.242)	(2.894)
Trem Turístico-depreciação	(3.064)	(2.825)
Outras operacionais	(21.909)	1.889
Serviços contratados	-	(12.314)
Materiais, peças e componentes	(1.193)	(3.932)
Processos Jurídico Judiciais	(37.749)	(41.449)
Indenizações	(7.592)	(7.728)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	4.671	2.283
Provisão para contingências	1.484	12.542
Provisão para passivos ambientais	-	(222)
	<u>(118.664)</u>	<u>(80.095)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>50.689</u>	<u>(20.845)</u>

(b) Créditos fiscais extemporâneos registrados durante o exercício de 2015, tendo como principal a movimentação dos créditos fiscais de ICMS, PIS e Cofins.

4.29 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	2.595	1.551
Juros, taxa e multas de mora	971	629
Ajuste a valor presente	4.686	13.568
Outras receitas financeiras	11	236
	<u>8.263</u>	<u>15.984</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(42)	(89)
Encargos por atraso	(717)	(21)
Juros, taxas e multas	(4.548)	(2.977)
Despesas com carta de fiança	(4.006)	(2.925)
Outras despesas financeiras	(2.739)	(2.030)
	<u>(12.052)</u>	<u>(8.042)</u>
Receita Variação monetária e cambial	<u>29.578</u>	<u>10.146</u>
Resultado financeiro	<u><u>25.789</u></u>	<u><u>18.088</u></u>

4.30 - Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	5.570	6.737
Provisão para contingências	15.576	15.947
Outras provisões	22.631	19.396
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	24.357	25.476
Prejuízo fiscal	<u>75.933</u>	<u>72.319</u>
	<u>144.067</u>	<u>139.875</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.005	2.426
Provisão para contingências	5.606	5.740
Outras provisões	8.147	6.982
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	8.768	9.171
Base negativa	<u>23.601</u>	<u>23.297</u>
	<u>48.127</u>	<u>47.616</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	192.194	187.491
Prejuízo fiscal para imposto de renda	280.733	289.275
Base negativa da contribuição social	250.305	258.847

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Tais premissas e projeções são fundamentadas no plano de negócios consolidado da controladora indireta VLI, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A expectativa de realização dos créditos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	19.971
2016	20.472	18.885
2017	19.359	29.040
2018	29.768	30.337
2019	31.098	29.753
2020	30.499	59.505
2021 em diante	<u>60.998</u>	<u>-</u>
	<u>192.194</u>	<u>187.491</u>

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	31.083	31.083	(31.387)	(31.387)
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	227	227	-	-
Despesas não dedutíveis	4.247	4.247	(5.882)	(5.882)
Equivalencia Patrimonial	(395)	(395)	-	-
Outras	1.457	1.457	-	-
Adições (exclusões) temporárias:				
Reversão da provisão para contingências	(1.484)	(1.484)	(12.542)	(12.542)
Reversão da provisão para perdas de materiais	(580)	(580)	-	-
Constituição de obrigação de benefícios de aposentadoria	(2.138)	(2.138)	1.243	1.243
Reversão da provisão de participação nos resultados	12.900	12.900	-	-
Reversão de outras provisões	(7.697)	(7.697)	1.598	1.598
Constituição (reversão) da provisão de perdas de créditos, líquida	(9.147)	(9.147)	(2.283)	(2.283)
Base de cálculo	28.473	28.473	(49.253)	(49.253)
Prejuízo Fiscal e base negativa do exercício	-	-	-	-
Base de cálculo ajustada	28.473	28.473	(49.253)	(49.253)
Compensação de prejuízos fiscais	(8.542)	(8.542)	-	-
Lucro real após prejuízo fiscal	19.931	19.931	(49.253)	(49.253)
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas - IR 25% e CS 9%)	(4.958)	(1.794)	-	-
PAT	120	-	-	-
Despesas do ano corrente	(4.958)	(1.794)	-	-
Despesas corrente de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.838)	(1.794)	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	4.191	512	-	-
Total da despesa de impostos das atividades	(647)	(1.282)	-	-

4.31 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.32 – Benefícios a empregados

Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, 4.765 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2014 – 4.760)

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 4.272 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 4.179).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Principais premissas atuariais	31/12/2015	31/12/2014
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,31%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	0,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,10%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	0,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-83 masculina
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	19,3698
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	19,3698

4.33 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 4.20), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera um diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2015.

31/12/2015				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	14,14%	12,73%	11,31%	9,19%

(i) A taxa do final do exercício do ano de 2015.

31/12/2015				
	31/12/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	2.595	2.335	2.076	1.687

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com conseqüente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 22.279 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 26.950).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Risco operacional

A FCA S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.10).

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos		
Contas a receber	316.870	337.814
Partes relacionadas	218.379	69.979
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.792	9.772
Aplicações financeiras	36.411	26.331
Contas a receber da RFFSA (União)	81.830	67.515
	<u>657.282</u>	<u>511.411</u>
Passivos		
Leasing	72.917	-
Fornecedores	104.749	128.411
Contas a pagar	5.495	-
Partes relacionadas	16.820	2.239
Arrendamentos, Concessão e Subconcessão a pagar	45.125	41.932
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.795.893	2.433.893
	<u>3.040.999</u>	<u>2.606.475</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total passivo	3.290.709	2.816.284
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.203)	(36.103)
	<u>3.250.506</u>	<u>2.780.181</u>
Patrimônio líquido	1.596.301	1.567.147
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.795.893	2.433.893
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>4.392.194</u>	<u>4.001.040</u>
	<u>74,01%</u>	<u>69,49%</u>

4.34 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2015	70	61
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.084	517(*)
Arrendamento	39.592	9.830(*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

A obrigação referente a resolução da ANTT 4.131 estão citadas na nota de Eventos subsequentes abaixo.

4.35 – Eventos Subsequentes

DELIBERAÇÃO Nº 29, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

A ANTT definiu, através desta deliberação as diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A, no trecho Centro-Leste.

Por meio da resolução ANTT 4131, de 3 de julho de 2013, a Agência autorizou a FCA a proceder à desativação e à devolução de trechos ferroviários.

Em 21 de janeiro de 2016, a Agência deliberou as seguintes diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal:

- O valor inicial da indenização será de R\$ 876.021.391,70 considerando a data base de março de 2012, e poderá ser acrescido quando da finalização de inspeção completa acerca dos trechos ferroviários antieconômicos devolvidos, nos termos do inciso III, art. 2º, da Resolução nº 4.131/2013.
- O valor da indenização deverá ser atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização devidamente atualizado.
- Na hipótese de o valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, ser inferior ao valor devido à União, a ANTT poderá indicar a execução de novas obras, de maneira que até o termo final do Contrato de Concessão seja quitado o valor da indenização.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica de Quarto Grau, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- Previamente ao início da execução da obra, a FCA informará à Superintendência de Processos Finalísticos responsável pelo acompanhamento dos Contratos de Concessão de Ferrovias, as contas contábeis que serão utilizadas para a realização dos registros de que trata as alíneas I, II e III do caput.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.

- O Ato Autorizativo definirá o prazo para a Quitação da Obra, que incluirá prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a transferência de propriedade ao Poder Concedente.

Para o controle do saldo da indenização de que trata o §1º do Art. 1º, deverá ser observado os seguintes aspectos:

- o valor da indenização será calculado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Art. 1º;
- o valor autorizado para a execução da obra será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra;
- o valor autorizado para a execução da obra, devidamente atualizado, será deduzido do saldo da indenização quando da Quitação da Obra, que ocorre com a transferência de propriedade;
- a atualização do valor autorizado para a execução da obra cessará no prazo definido em Ato Autorizativo para a Quitação da Obra, exceto quando o atraso ocorrer por fatos comprovadamente não imputáveis à Concessionária; e
- a Concessionária deverá divulgar, nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Publicadas, quadro demonstrativo atualizado do saldo da indenização, de modo que fiquem demonstradas pelo menos as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Na hipótese de o bem dado em pagamento permanecer com a FCA em razão de sua finalidade, em ato contínuo à transferência de propriedade deverá ser elaborado instrumento jurídico que permita sua cessão à Concessionária.

5 - ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração
Marcello Magistrini Spinelli
Presidente

Gustavo Serrão Chaves
Luiz Otávio Andrade Rodrigues da Costa
Mário Ricardo Aparecido dos Santos
Milton Nassau Ribeiro

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Silvana Alcântara Oliveira de Souza
Diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor de Operações

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor Comercial

Fabio Stewson de Souza
Contador - CRC-MG 45.913/O-6